

Conheça as concepções sobre a deficiência e a trajetória de vida destas pessoas ao longo da história

Quem vê ou convive com pessoas com deficiência nos dias de hoje - e também aqueles que possuem deficiência -, podem ter a impressão de que mesmo com dificuldades, elas conseguem viver em sociedade.

Nem sempre foi assim. Se hoje essas pessoas possuem direitos assegurados por lei, isso é fruto de muita luta e sofrimento ao longo da história.

Antes de tudo, é preciso conceituar a deficiência. Trata-se de um fenômeno humano complexo, que precisa ser compreendido por diferentes aspectos: históricos, sociais, políticos, econômicos, psicológicos e antropológicos.

Esses aspectos sofreram transformações ao longo da história, assim como a forma de lidar com a deficiência. A deficiência acontece no corpo da pessoa e a própria noção de corpo também sofreu mudanças com o tempo. Desde a ideia do corpo como algo misterioso, impossível de ser explicado, na Antiguidade (4000 a.C.) até os dias atuais nos quais estamos nos habituando a ver cada vez mais procedimentos médicos que integram partes mecânicas e eletrônicas ao corpo biológico.

Naquela época, os indivíduos que possuíam “deformidades corporais” não eram sequer considerados humanos, o que permitia que fossem eliminados por abandono ou exilados em montanhas, na Grécia Antiga. Já em **Roma**, as pessoas com “anomalias” muitas vezes eram exibidas como “bobos da corte”.

Na época da antiguidade, a sociedade era composta pela nobreza e pelo povo. Os nobres eram os donos do poder e o povo vivia para produzir tudo para os nobres, como vestimentas, utensílios, riquezas. Quem não servia para gerar riqueza, nem para guerrear, não servia para mais nada e podia ser exterminado sem nenhum problema de ordem ética, moral ou religiosa.

Com o surgimento do Cristianismo, por volta do ano 60 d.C., todos eram considerados filhos de Deus, incluindo mulheres, escravos, pessoas com deficiência. Essas pessoas passaram a ser vistas como humanas e dignas de caridade. As que podiam trabalhar eram recolhidas e mantidas por religiosos. As que não podiam, não eram assassinadas, mas viviam como pedintes, afastadas e internadas junto com mendigos e todos aqueles que “incomodavam” a sociedade. Assim, ao mesmo tempo eram afastadas da sociedade, garantindo a “segurança” dos cidadãos e, pela caridade, “salvavam” suas almas

Já na Idade Média (de 476 a 1453 d.C.), a pessoa com deficiência era alvo de tortura, uma vez que a deficiência era um sinal do “pecado da carne”, uma expressão do demônio: *“uma visão pessimista do homem, entendida como uma besta demoníaca quando lhe venham a faltar a razão ou a ajuda divina”* (Pessotti, 1984, p.12). Os castigos visavam purificá-los.

Nesta época, a sociedade que até então era constituída pela nobreza e pelo povo, ganhou uma nova classe, o Clero. Através da conquista do poder e da riqueza, o Clero passou a influenciar na sociedade. O povo que já trabalhava para sustentar a nobreza, passou a ter que produzir riquezas também para o Clero, ou então engrossar as fileiras dos exércitos para lutar por novos territórios.

Neste período ocorreu a Inquisição e todos que não seguiam as normas sociais de padrão e conduta eram castigados e/ou condenados com a justificativa de ser um “ato de caridade”. A inquisição nada mais era do que uma arma da igreja para torturar e até matar aqueles que representassem alguma ameaça ao seu poder. A igreja tinha documentos que ensinavam a reconhecer sinais naqueles que estava possuídos pelo demônio e estes “sinais” descreviam características das pessoas com deficiência e/ou transtorno mental.

A Renascença (de 1500 a 1800) representou o fim da Idade Média e o início da Idade Moderna e foi marcada por uma revolução ideológica, cultural e religiosa. A interpretação da

realidade deixou de ser centralizada em Deus e passou a ser de responsabilidade do homem e da natureza.

Mesmo com essas mudanças, as pessoas com deficiência eram consideradas “anormais” e eram torturadas ou recolhidas para serem tratadas em hospitais e conventos, locais que, segundo Foucault (1997), deram origem ao hospital contemporâneo. Mais do que um espaço de cura, era um lugar para se morrer (Foucault, 1999). O corpo tornou-se objeto de estudos de anatomia.

Entre os séculos XVII e XVIII iniciou-se o culto ao pensamento racional, essência do Movimento Iluminista. O homem passou a ser visto como resultado do ambiente e da sociedade que vive e da educação recebida. A medicina explicava as doenças por meio de estudos científicos e o corpo era comparado a uma máquina que produz movimento. A deficiência física era considerada anomalia do corpo e a solução era o uso de próteses e órteses, por exemplo.

Em 1789, ocorreu um grande marco para a história dos direitos humanos. Com a Revolução Francesa, foi elaborada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que defendia a liberdade e a igualdade.

No século XIX, a Revolução Industrial e o modelo de trabalho com baixos salários, ambiente insalubre e carga horária de 15 horas diárias gerou o adoecimento e a incapacitação de muitos trabalhadores. Com isso, o corpo passou a ser visto como organismo biológico e a deficiência física, sensorial e intelectual seria o resultado de um corpo “danificado”. Nesta época, tivemos avanços importantes: o braille, a língua de sinais. Todo o empenho da ciência para compreender, prevenir e tentar facilitar a vida das pessoas com deficiência.

No século XX, as Guerras Mundiais e a do Vietnã impactaram a forma como as pessoas com deficiência eram vistas e viviam. Diante do volume de soldados mutilados, cresceram as pesquisas e opções de assistência em reabilitação. Em paralelo, os movimentos sociais e de luta por direitos ganharam força.

Nos Estados Unidos, na década de 50, crianças com deficiência intelectual conquistaram o direito de educação especial e, na década de 60, aprovaram a Lei dos Americanos com Deficiência (ADA), que assegurou a participação ativa desses americanos com deficiência na comunidade, no mercado de trabalho e no país.

Neste período, o Brasil desenvolvia as atividades filantrópicas por meio das ONGs e os agentes sociais eram os pais, amigos e familiares, que preenchiam um vazio deixado pelo poder público. Esse modelo, baseado no Paradigma da Institucionalização, sofreu duras críticas, assim como o antigo modelo psiquiátrico (representado pelos asilos e hospícios), que despertou diversas denúncias, tendo sido comparado a campos de concentração de guerras.

Era o início do conceito de “Integração”, que passou a oferecer reabilitação com objetivo de *“ajudar pessoas com deficiência a obter uma existência tão próxima possível ao normal, disponibilizando padrões e condições de vida cotidiana próxima às normas e padrões da sociedade”* (American National Association of Rehabilitation Counseling, 1973).

Nos anos 80, as pessoas com deficiência se mobilizaram pelos seus direitos, lutando em movimentos sociais e políticos.

Em 1981, a ONU (Organização das Nações Unidas) promulga o “Ano Internacional das Pessoas com Deficiência” sob o slogan: *“Participação Plena e Igualdade”*. Esses marcos sociais despertaram o mundo para uma nova consciência de que as pessoas com deficiência têm o direito de viver em sociedade.

Em 1991, foi publicada a “Declaração de Salamanca”, considerada um dos principais documentos mundiais que questionava o formato de “Integração” e defendia a “Inclusão Social”, com ênfase na educação especial dentro da estrutura *“educação para todos”*.

No século XXI, em meio aos discursos sociais, surgem recursos e adaptações para que a pessoa com deficiência possa realizar suas atividades diárias. Esses recursos fazem parte de um

novo campo do conhecimento: a “Tecnologia Assistiva, que provê produtos, técnicas e serviços de assistência, reabilitação e acessibilidade para a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.

No Brasil, foram criadas políticas públicas que garantem a promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência, reafirmando o princípio da inclusão social, que inverte a forma de pensar sobre a deficiência. De acordo com esse conceito, a sociedade deve se adaptar e promover acesso completo a qualquer pessoa, inclusive com deficiência e não o inverso, como era antes.

Em 2008, foi criada pela ONU a “Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência” e, por meio de Decreto Legislativo (nº 186) e Emenda Constitucional o Brasil inseriu integralmente seu texto na Constituição Federal e foi o ponto de partida para a criação da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146) em 2015.

Nos dias de hoje, o conceito de deficiência vem sendo disseminado como expressão da diversidade humana e fenômeno “relacional”, ou seja, fenômeno que ocorre na relação do indivíduo com o meio em que vive. Diante disso, é possível concluir que afinal, o corpo e a deficiência possuem dimensões sócio-políticas e varia no tempo, uma vez que têm íntima relações com as forças da sociedade. Portanto, é possível transformar a visão que a sociedade possui sobre as pessoas com deficiência e, conseqüentemente alterar a forma de viver que estas pessoas estão submetidas. Aperfeiçoar as condições de vida dos indivíduos, grupos e toda a sociedade está ao alcance de todos e de cada um de nós.

A cada novo discurso que se apresenta, um novo olhar se constitui sobre as pessoas com deficiência.

Fonte: Ana Rita de Paula

Referências Bibliográficas:

- ARANHA, M. S. F. **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência**. Artigo publicado na Revista do Ministério Público do Trabalho, Ano XI, n. 21 março, 2001. pp.160-173.
- _____. **Integração Social do Deficiente: Análise Conceitual e Metodológica**. Ribeirão Preto, Sociedade Brasileira de Psicologia. Temas em Psicologia, número 2, pp. 6370, 1995.
- _____. **Overview of the Rehabilitation Movement in the United States and Proposals for an Extended Model in Brazil**. Carbondale, Illinois, USA.: Rehabilitation Institute, Southern Illinois University, (1979).
- BAMPI, Luciana Neves da Silva. **Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência**. jul-ago 2010 - Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v18n4/pt_22.pdf acessado em julho 2017.
- BRADDOCK, D. **Opening Closed Doors - the Deinstitutionalization of Disabled Individuals**. Virginia: The Council for Exceptional Children, (1977).
- BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186, de 2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. - Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm acessado em julho 2017.
- _____. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm acessado em julho de 2017.
- _____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm acessado em julho de 2017.
- BUENO, Carmen L. R., PAULA, Ana Rita. **Pertencer como Dimensão Nuclear do Princípio de Inclusão Social**. SORRI-BRASIL, São Paulo, Brasil, novembro 2013. Disponível em: http://www.sorri.com.br/artigo_inclusaosocial acessado em julho 2017.
- CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 2001.
- DINIZ, D. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, (Coleção Primeiros Passos). 2007.
- FONGA. **Principles, pillars and practice of social inclusion**, endorsed by the Forum of Non-Government Agencies, Council of Social Service of New South Wales, Australia, 2011. Disponível em: <http://www.ncoss.org.au/resources/111209-FINAL-Principles-Pillars-Practice-of-SocialInclusion-June-2011.pdf> acessado em julho 2017.
- FOUCAULT, Michel. **Les anormaux: cours au Collège de France 1974-1975**. Paris, Gallimard, 1999.
- _____. **História da Loucura na Idade Clássica** - editora perspectiva, São Paulo, 1978.
- _____. **Microfísica do Poder**. 11ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- FREITAS, Maria Nivalda de Carvalho. **Concepções de Deficiência: da Grécia Antiga aos dias de hoje**. 10/06/2011 – Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/concepcoes> acessado em julho 2017.

KIM, Joon ho. **O estigma da deficiência física e o paradigma da reconstrução biocibernética do corpo**. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

NALLIN, A. **A reabilitação em instituição: suas razões e procedimentos**. Análise de representação no discurso, 282f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA e ESPANHA, Ministério da Educação e Ciência. **Declaração de Salamanca** e Enquadramento da Acção na área das Necessidades Educativas Especiais - Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca, Espanha, 7-10 de Junho de 1994.

PESSOTI, I. **Deficiência mental: da Superstição à Ciência**. São Paulo: EDUSP, (1984).

RIBAS, João Baptista Cintra. **O que são pessoas deficientes**. São Paulo: Brasiliense, 2. Ed, 1985.

SKLIAR, C. Os estudos surdos em educação: Problematicando a normalidade. In C. Skliar (Ed.), **A surdez: Um olhar sobre as diferenças** Porto Alegre, RS: Mediação, (4. ed., pp. 7-32), (2010).

HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem, Rio de Janeiro, Editora: Guanabara, 1986

HARARI, Yuval Noah. Uma Breve História da Humanidade – Sapiens, Editora L&PM, 2013

HILÁRIO, Franco Júnior, 1948- A Idade média: nascimento do ocidente -- 2. ed. rev. e ampl. -- São Paulo: Brasiliense, 2001. ISBN 85-11-00055-0

FOUCAULT, Michel (1963). *O nascimento da clínica*. 2. ed. Rio de Janeiro.

Aranha, M.S.F. Integração Social do Deficiente: Análise Conceitual e Metodológica. Temas em Psicologia, número 2, 1995, pp. 63-70. Ribeirão Preto, Sociedade Brasileira de Psicologia.

